

PREGÃO PRESENCIAL 150/2021

SESSÃO PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO, RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	
DATA:	14 de DEZEMBRO de 2021
HORÁRIO:	13 horas (tolerância de 5 minutos).
OBJETO:	A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS E PERIODICOS A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD , conforme especificações constantes dos Anexos que integram este Edital.
Observação: Se por quaisquer motivos não houver expediente no dia supracitado, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a esta licitação serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Administração Pública do Município de Itajubá que se seguir.	
Endereço completo: Departamento de Licitação Av. Dr. Jerson Dias, 500, Estiva Itajubá – Minas Gerais - CEP 37.500-279	MENOR VALOR POR ITEM
Meios para contato: Telefone: (35) 9 9898-6949 E-mail: licitaitajuba@gmail.com Site: www.itajuba.mg.gov.br Dias e horários: de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas (em dias de expediente).	
Importante: As licitantes que retirarem o edital através do site mencionado, solicitamos enviar os dados da sociedade empresária, tais como: razão social, CNPJ/MF, endereço completo, e-mail (se houver), fone/fax, nome do responsável, através do E-mail: licitaitajuba@gmail.com.	

I – PREÂMBULO:

O **MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ**, através de seu Pregoeiro nomeado pela portaria nº 434/2021, torna público que fará realizar em seu Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, situado na Avenida Doutor Jerson Dias, 500, Bairro Estiva, Itajubá/MG, na sala de reuniões de Licitações, às **13 (treze) horas do dia 14 de dezembro de 2021**, o certame licitatório sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2021**, que será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, e de conformidade com a *Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, Lei Federal nº. 8.666, de 21.06.93, Lei Complementar 123/06, Lei Municipal nº 2.712/09; Decreto Municipal nº. 4.747, de 20.06.2013; Decreto Municipal nº. 4.826, de 05.09.2013, Decreto Municipal nº 5.439, de 19.01.2015 e demais legislações pertinentes e as condições do presente edital.*

II - DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS E PERIODICOS A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD.**, mediante a Especificações Técnicas descritas no Anexo I deste edital independente de transcrição, observando-se o que segue:

- as especificações detalhadas do objeto deste Edital, constam do Anexo I – Proposta Detalhe e Especificações, a qual faz parte integrante deste Edital, as quais não poderão ser alteradas, constando orientações e dados objetivos para os licitantes elaborarem suas propostas;
- as especificações constantes da Proposta de Preço não poderão ser alteradas, podendo o licitante oferecer esclarecimento à Comissão Permanente de Licitação por meio de carta que anexará à proposta;
- nos preços deverão estar incluídos todos os custos com tributos incidentes ou que venham a incidir sobre o serviço, inclusive o frete, carga e descarga no local que o Município de Itajubá e outros.

III – DA ABERTURA

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

DATA DA ABERTURA: 14/12/2021

HORA: 13 Horas

LOCAL: Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves

Avenida Dr. Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva

Itajubá – MINAS GERAIS CEP 37.500-279

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:

- a) detenham atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;
- b) atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;
- c) apresentem no dia, hora e local designados para a sessão pública desta licitação, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com os dispostos no Inciso VII do artigo 4º. da Lei nº. 10.520/02, podendo ser adotado o modelo constante deste Edital.

2. Não poderão participar da presente licitação, as empresas que:

- a) estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal;
- b) tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c) licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresa em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) empresa que tenham sócios que sejam funcionários do Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais;
- e) tenham sido suspensas do direito de licitar por ato desta Administração ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública;
- f) tenham demonstrado desempenho operacional insatisfatório no fornecimento de produtos anteriormente mantido com o Município de Itajubá, devidamente comprovado, por razões ainda persistentes.

V – DO CREDENCIAMENTO

1. No dia, hora e local designados para a sessão pública, a licitante poderá ser representada por procurador ou preposto, devendo apresentar a seguinte documentação:

- a) **declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, em conformidade com o disposto no inciso VII do artigo 4º. da Lei nº. 10.520/02, podendo ser adotado o modelo constante deste edital;
- b) **cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação** – com foto –;
- c) **instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida em cartório**, com poderes para a formulação de propostas e lances verbais, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, podendo ser adotado o modelo constante deste Edital – Termo de Credenciamento –. **Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, é suficiente a apresentação de cópia do respectivo estatuto ou contrato social**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- d) **Contrato social (Se o contrato social estiver autenticado no credenciamento ficará dispensado de apresentar no envelope de habilitação)**
- e) **Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte** – para as licitantes que assim se enquadrarem – assinada pelo proprietário.

2. Decorrido o horário previsto no preâmbulo deste Edital para a abertura do procedimento licitatório, inclusive aquele de tolerância, não mais serão aceitos novos participantes no certame.

3. Somente poderá participar da fase de lances verbais o representante legal da licitante devidamente credenciado.

4. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante, exceto quanto se tratar de Lotes diversos – ou itens diversos, conforme for o caso –, em que as licitantes representadas por apenas um credenciado não estejam competindo entre si.

5. O representante inicialmente credenciado poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

6. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, representar a licitante durante

a reunião de abertura dos envelopes de “Proposta de Preços” ou de “Documentos para Habilitação” relativos a este Pregão. Neste caso, somente será aproveitada a sua proposta escrita, considerada esta também como o único lance na sessão, observadas as disposições constantes no item VIII deste Edital.

7. Os documentos relativos ao credenciamento e a declaração da licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, de conformidade com o disposto no Inciso VII do artigo 4º. da Lei nº. 10.520/02, deverão ser apresentados fora – separados – dos envelopes referidos no item VI deste Edital, durante o ato específico para o credenciamento e/ ou representação.

8. O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de Procuração que comprove a outorga os necessários poderes para formular ofertas e lances verbais de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes e este certame licitatório, em nome da proponente.

9. No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigentes, sócios ou proprietários da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo estatuto ou contrato social, extrato consolidado ou da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos a assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

10. Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos relacionados para credenciamento neste Edital. A ausência desta documentação implicará, de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como na perda do direito de interpor recurso das decisões do Pregoeiro, ficando a licitante impedida de se manifestar durante os trabalhos.

VI – DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE HABILITAÇÃO

1. Cada licitante deverá apresentar documentos de que trata o inciso 1 do item IX deste Edital.

2. No local, dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, os representantes credenciados das Proponentes deverão entregar, simultaneamente, ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio, os documentos e as propostas, exigidos no presente Edital, em dois – 02 – envelopes fechados, distintos e numerados de 01 e 02 na forma abaixo mencionada:

a) o ato de entrega dos envelopes de Proposta e Habilitação, constante na alínea “b” deste inciso, o representante de cada licitante, deverá entregar ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio, em separado de qualquer dos envelopes, a Declaração de Comprometimento de Habilitação – conforme modelo em anexo –, o Credenciamento e a declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte – para as licitantes que assim se enquadrarem – assinada pelo proprietário.

b) a não entrega da Declaração de Comprometimento de Habilitação exigida na alínea “a” deste inciso deste Edital implicará em não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo Proposta de Preços e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório;

c) ENVELOPE Nº 01

**PROPOSTA DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ
NOME COMPLETO DO LICITANTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2021
DATA DE ABERTURA: 14/12/2021
HORÁRIO: 13 HORAS**

d) ENVELOPE Nº 02

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ
NOME COMPLETO DO LICITANTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2021
DATA DE ABERTURA: 14/12/2021
HORÁRIO: 13 HORAS**

e) Todos os documentos necessários à participação na presente licitação, deverão ser apresentados em original, ou por cópia com autenticação procedida por tabelião, pelo Pregoeiro ou por funcionário público integrante da Equipe de Apoio do Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, ou ainda pela juntada de folhas de órgão da imprensa oficial onde tenham sido publicados ou digitalmente pela junta comercial.

3. Os documentos necessários para participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes às propostas e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil – Língua Portuguesa –.

4. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do

país de origem, que tiver reconhecido a firma do emitente de tais documentos além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5. A autenticação poderá ser realizada pelo pregoeiro ou por funcionário integrante da Equipe de Apoio do Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais até as **13:30 horas** do dia da abertura do certame, ou efetuada em dias anteriores ao certame, em horário de expediente, no departamento de licitações localizado no Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, situado na Avenida Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva.

6. O CNPJ/MF a ser indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação, deverá ser o mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente faturará e fornecerá o objeto da presente licitação

7. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fac-símile, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

8. É vedada, em qualquer fase da licitação, substituição de documentos, quaisquer que sejam.

9. **As certidões exigidas deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias da data marcada para a abertura da licitação, salvo aquelas que já possuírem validade expressa fixada por lei, podendo ser apresentadas em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticado por cartório competente ou por servidor pertinente ao Departamento de Licitações.**

VII – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº. 01 – “PROPOSTA”

1) A proposta da licitante deverá ser feita em papel timbrado da empresa, em uma única via digitada, sem rasuras, na qual deverá constar as seguintes especificações:

a) nome, endereço, CNPJ/MF e inscrição estadual;

b) número do processo e do Pregão;

c) descrição completa do objeto da presente licitação, com a descrição dos serviços e/ou fornecimento de materiais, em conformidade com as especificações constantes deste edital;

d) ser apresentada no formulário fornecido pelo Município de Itajubá, Anexo I deste Edital, ou em formulário próprio contendo as mesmas informações exigidas no referido formulário, assinado por quem de direito, em uma – 01 – via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais – R\$ – , com dois – 02 – dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, conforme o formulário mencionado acima, devendo todas as folhas serem rubricadas;

e) prazo de validade da proposta de no mínimo sessenta – 60 – dias, a contar da abertura do certame.

f) Indicação da MARCA (e da REFERÊNCIA, se houver), bem como a descrição detalhada observando as especificações exigidas no Anexo I (Termo de Referência).

2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento, inclusive o frete, carga e descarga no local que o Município de Itajubá designa e outros;

3. A Proposta que não atender as exigências deste instrumento, bem como alterar a especificação da proposta, ou que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequíveis, ou aquelas que ofertarem alternativas serão desclassificadas.

4. A proposta e os lances deverão referir-se ao VALOR POR ITEM deste certame.

5. Não será permitido cotação inferior à quantidades previstas no Edital.

6. Havendo divergência entre o preço expresso em algarismos e o expresso por extenso, prevalecerá o por extenso.

7. A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as condições do presente certame e total sujeição à legislação pertinente.

8. A apresentação da proposta em desacordo com o previsto neste Título **desclassificará** o proponente.

VIII – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº. 02:

1. A documentação deverá ser apresentada de acordo com o disposto neste Edital e conter, obrigatoriamente, todos os requisitos abaixo, sob pena de inabilitação.

2. A documentação relativa à **Habilitação Jurídica**, conforme a constituição, consistirá em:

- a) **cópia AUTENTICADA** da cédula de identidade do proprietário da empresa licitante, no caso de empresa **individual/EIRELI**;
- b) registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

3. A documentação relativa à **Regularidade Fiscal** consistirá em:

- a) Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ/MF** –, da mesma licitante que irá faturar e entregar o objeto licitado;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União; (**CND UNIÃO**)
- c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos emitida pela Fazenda do Estado, da sede do licitante. (**CND ESTADUAL**)
- d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de tributos Municipais da sede do licitante. (**CND MUNICIPAL**)
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço do “CRF” – Certificado de Regularidade Fiscal expedido pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu prazo de validade; (**FGTS**)
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011; (**CNDT**)
- g) **Alvará emitido pela VIGILÂNCIA SANITÁRIA da sede do licitante.**

4. Declaração da licitante, em papel timbrado da empresa, **conforme modelo no anexo VI deste Edital.**

Obs.: As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

IX – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

1. No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes, devidamente credenciadas, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não previamente credenciadas, sendo registradas em ata os nomes das licitantes:

- a) o credenciamento do representante da empresa, juntamente com os documentos pessoais do mesmo e no caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigentes, sócios ou proprietários da empresa proponente, bem como apresentação de uma fotocópia do respectivo estatuto ou contrato social, extrato consolidado ou da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos a assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- c) os envelopes de nº. 01 – Proposta – e nº. 02 – Habilitação devidamente identificados e fechados.

2. Tão logo tenham sido recebidos os documentos e envelopes acima descritos, o Pregoeiro comunicará aos presentes que a partir daquele momento não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.

3. Encerrada fase de recepção dos documentos exigidos na licitação, o Pregoeiro concluirá, se ainda não o tiver feito, o exame dos documentos de credenciamento dos representantes das licitantes tal como previsto na alínea “a” do inciso 1 do item IX, exame este iniciado antes da abertura da sessão.

4. Concluídas a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação e de credenciamento dos representantes das licitantes, o Pregoeiro promoverá a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, conferindo-as e rubricando todas as suas folhas.

5. Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

X – DO JULGAMENTO

1. O julgamento da licitação será dividido em duas etapas – Classificação das propostas e Habilitação – e obedecerá, quanto à classificação das propostas, ao critério do **MENOR VALOR POR ITEM** do objeto deste Edital e o seguinte:

a) a etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, das licitantes proclamadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao valor;

b) durante a etapa de lances não será permitido o uso de celulares. Quando convocado pelo Pregoeiro, o licitante, ou estiver ausente da sala de licitações seja qual for o motivo, o mesmo perderá o direito ao lance e será excluído da etapa de lances para aquele ITEM;

c) a etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope “Documentos de Habilitação” da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital.

2. Etapa de Classificação de Preços:

a) serão abertos os envelopes “Proposta de Preços” de todas as licitantes;

b) a Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados;

c) o Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes;

d) o Pregoeiro classificará a licitante da proposta de menor preço para cada item e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento – 10 % –, relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais;

e) o valor máximo, em reais, das propostas a serem admitidas para a etapa de lances verbais, conforme alínea “d” do inciso 2 do item X será o valor da proposta válida de menor preço, multiplicado por um vírgula dez – 1,10 –, desprezando-se a terceira casa decimal;

f) quando não houver, pelo menos, três – 03 – propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo três – 03 –, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

g) em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos representantes das licitantes classificadas para tanto, lances verbais estes que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, ficando esclarecido que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta escrita ofertada;

h) o Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas – para os lances verbais –, a apresentarem, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escritas classificada como menor preço, prosseguindo seqüencialmente, em ordem decrescente de valor;

i) caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço;

j) a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante, ficando sua última proposta registrada para classificação, na final da etapa competitiva;

k) caso não se efetive nenhum lance verbal, será verificado a compatibilidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

l) declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivada e expressamente a respeito;

m) se a oferta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao Edital;

n) caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na mesma sessão do Pregão;

o) nas situações previstas nas alíneas “j” e “m” deste inciso, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido o melhor preço para a administração;

- p)** não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções administrativas constantes do item XVII, deste Edital;
- q)** será desclassificada a proposta que contiver preço ou entrega dos materiais condicionados a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão;
- r)** em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

3. Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação.

- a)** efetuados os procedimentos previstos no inciso 2 do item X deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos “Documentos de Habilitação” desta licitante;
- b)** as licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os que apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas;
- c)** constatado o atendimento das exigências previstas neste Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo próprio Pregoeiro, na hipótese da inexistência de recursos, ou desistência de sua interposição, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese de existência de recursos e desde que improvisos, face ao reconhecimento da regularidade dos atos procedimentais;
- d)** se a licitante desatender as exigências licitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo Pregoeiro;
- e)** da sessão do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados das licitantes ainda presentes à sessão;
- f)** os envelopes com os documentos relativos a habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte – 20 – dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos;
- g)** ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, ou desistência de sua interposição, será feita pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos a Autoridade Competente do Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados a Procuradoria Jurídica Municipal para apreciação e parecer, e em caso de improvemento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

XI – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

1. Ao final da sessão, depois de declarada a licitante vencedora do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de três – 03 – dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro à licitante vencedora.
3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
4. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves do Município de Itajubá, localizado na Avenida Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37.500-000.
5. A fase recursal deverá ser formalmente anunciada pelo Pregoeiro, que consultará as licitantes representadas sobre sua intenção de recorrer ou não, e declarará, expressamente, que só serão conhecidos os recursos interpostos antes do término da sessão. Também serão conhecidas as contra-razões a recursos intempestivamente apresentadas.
6. Os recursos e respectivas impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não ser conhecidos:

- a) ser dirigido ao Chefe do Poder Executivo do Município de Itajubá, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo de três – 03 – dias úteis;
- b) ser dirigido ao Chefe do Poder Executivo do Município de Itajubá, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de cinco – 05 – dias úteis, nos termos da alínea “c” do Inciso I do artigo 109 da Lei nº. 8.666/93;
- c) ser apresentado em duas vias, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ/MF e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado, na última folha, pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;
- d) ser protocolizado na Secretaria Municipal de Planejamento, localizada no Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, sito na Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37.500-000.

7. Não serão conhecidas as impugnações e ou recursos interpostos após o respectivo prazo legal e ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

8. O Município de Itajubá não se responsabilizará por memoriais de recursos e ou impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

09. Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

10. Impetrado recurso, depois de decidido, o Pregoeiro divulgará a decisão via publicação no Diário Oficial do Município – DOM, no sítio eletrônico <http://diariooficial.itajuba.mg.gov.br/>, competindo à autoridade superior ADJUDICAR o objeto ao licitante vencedor e HOMOLOGAR o Procedimento Licitatório.

11. A adjudicação será feita pelo **MENOR VALOR POR ITEM**

XII – DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

1. As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre o Município de Itajubá e a licitante vencedora, serão formalizadas através de Contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.

2. O Município de Itajubá convocará formalmente a licitante vencedora para assinar o Contrato, que deverá comparecer dentro do prazo de três – 03 – dias úteis, contados a partir da convocação.

3. O prazo estipulado no inciso 2 do item XII poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município de Itajubá.

4. O Pregoeiro poderá, quando a convocada não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas neste Edital, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma licitante que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

XIII – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

1. Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com o determinado neste Edital.

2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis.

3. Nos preços propostos presumem-se inclusos todos os tributos e/ou encargos sociais resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com seguros, fretes, cargas, descargas e outras.

4. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação das Notas Fiscais/Faturas.

XIV – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

02.07.01.04.122.0003.2038.3.3.90.39.00

XV – DO FORNECIMENTO

O fornecimento da prestação do serviço será conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Administração.

XVI – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATADA:

- a) providenciar junto a órgãos competentes os registros e licenciamentos regulamentares e pertinentes aos serviços de que tratará o CONTRATO;
- b) executar fielmente o objeto do CONTRATO, comunicando imediatamente e com antecedência o representante legal da CONTRATANTE, na hipótese de ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;
- c) comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pela CONTRATANTE;
- d) acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- e) a CONTRATADA deve se responsabilizar:

1 - pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA, referente a esses encargos, não transfere à CONTRATANTE responsabilidade por seu pagamento;

2 - por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a CONTRATANTE;

3 - pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;

f) a CONTRATADA obriga-se:

1 - a não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do CONTRATO, ou títulos de créditos emitidos por ela e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuência prévia e expressa da CONTRATANTE, sob pena de rescisão unilateral do CONTRATO;

2 - a manter, durante toda a execução do CONTRATO a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3 - a apresentar planilha de preços conforme as propostas apresentadas na reunião do pregão, computando os novos valores para a elaboração do contrato de fornecimento dos serviços.

2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

- a) cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- b) notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato.
- c) notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

XVII – DAS PENALIDADES:

1. Nos termos do artigo 86 da Lei nº. 8.666/93 fica estipulado o percentual de **meio por cento – 0,5%** – sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de **dez por cento – 10%** – do valor empenhado.

2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93:

a) advertência;

b) multa de **dez por cento – 10%** – do valor do contrato,

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de Itajubá por prazo não superior a **dois – 02** – anos e,

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até **cinco – 05** – anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **cinco – 05 – dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

5. As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de cinco – 05 – a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

XVIII – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

1. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital, por irregularidade comprovada, protocolizando o pedido de acordo com os prazos do artigo 41 da Lei nº. 8.666/93, no endereço discriminado no inciso 4 do item XI deste Edital, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até três – 03 – dias úteis.

2. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, quando já decorridos os respectivos prazos legais.

3. Acolhida à petição impugnando o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas interessadas atendido os interesses públicos e o do Município de Itajubá, sem comprometimento da segurança da contratação.

2. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualidades e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do mesmo, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

3. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Municipal Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

4. Nenhuma indenização será devida à licitante, em caso de revogação deste Edital, nos termos do inciso 6 do item XIX, e a homologação do resultado desta licitação não implicarão em direito à contratação.

5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município de Itajubá, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

6. O Chefe do Poder Executivo do Município de Itajubá poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do artigo 49 da Lei nº. 8.666/93.

7. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não prejudicar a formulação das propostas.

8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente exclusivamente o Foro da Comarca de Itajubá, Estado de Minas Gerais.

9. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

10. A cópia completa deste edital poderá ser retirado no site www.itajuba.mg.gov.br. Caso a empresa deseje retirar o Edital impresso, deverá procurar a Secretaria Municipal de Planejamento no Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, e efetuar o pagamento dos custos de reprodução, mediante guia de recolhimento.

11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

12. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13 e na Lei nº 8.666/93, com posteriores alterações.

13. Fazem partes integrantes deste edital:

Anexo I – Relatório de Especificação

Anexo II – Termo de Credenciamento;

Anexo III – Declaração de ciência de cumprimento dos requisitos de habilitação;

Anexo IV – Proposta de Preços;

Anexo V – Proposta para a licitante vencedora, valores adequados aos lances ofertados

Anexo VI – Declaração para fins de participação do Pregão Presencial

Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VIII – Minuta do Contrato.

Itajubá-MG, 09 de novembro de 2021.

Olivia da Silva Simplicio Donizeti
Pregoeira Port. 434/2021

RELATÓRIO DE ESPECIFICAÇÃO

ANEXO I DO EDITAL

Processo Licitatório: 419/2021
Modalidade: SRP - Pregão Presencial
Número da Licitação: 150/2021
Aquisição de: Materiais

A especificação dos itens solicitados no Processo Licitatório Nº 252/2021, referente **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS E PERIODICOS A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD.**, é a seguinte:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
01	200	UN	<p>ECG - ELETROCARDIOGRAMA CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA NR 7 E O E-SOCIAL EXIGEM INFORMAÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMO ATIVIDADES DESEMPENHADAS, CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE TRABALHO, ASO E CAT, POR EXEMPLO, ESTE TRABALHO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A TABELA 7 (TABELA DE RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS), DETALHADA EM ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO EM HIGIENE OCUPACIONAL (APR-HO) QUE CONSTA NO DOCUMENTO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES (PPRA) VIGENTE, COM O OBJETIVO DE: " PROMOVER E PRESERVAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PRIVILEGIANDO O INSTRUMENTAL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO NA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O TRABALHO, CONSIDERANDO ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; " RASTREAR E DIAGNOSTICAR PRECOCEMENTE AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES RELACIONADOS AO TRABALHO, DESTACANDO O CARÁTER PREVENTIVO; " SER PARTE DO CONJUNTO DE INICIATIVAS DO ÓRGÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; " INDICAR SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, A PARTIR DA DETECÇÃO DOS PROBLEMAS; " CONSCIENTIZAR A EMPRESA E OS TRABALHADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ASPECTO PREVENTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO; " CONTRIBUIR PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CLIENTES, ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES; " FORMAR, ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, HISTÓRICOS DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS (FÍSICAS E MENTAIS) DOS TRABALHADORES. " GARANTIR A ELABORAÇÃO E EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PCMSO, BEM COMO ZELAR PELA SUA EFICÁCIA. " CUSTEAR, SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO, TODOS OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PCMSO. EXAMES MÉDICOS OS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS TÊM POR OBJETIVOS A AVALIAÇÃO: " DA SAÚDE NO ASPECTO GERAL; " DA CAPACIDADE LABORATIVA; " DAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE. " ADMISSIONAL: O EXAME MÉDICO ADMISSIONAL DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA CONTRATAÇÃO, TENDO COMO OBJETIVO DEFINIR A APTIDÃO DE UM CANDIDATO AO CARGO, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E OS RISCOS INERENTES AO POSTO DE TRABALHO. " PERIÓDICO: O EXAME MÉDICO PERIÓDICO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR O TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA MÉDICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS RISCOS INERENTES À SUA FUNÇÃO E AO POSTO DE TRABALHO, DETECTAR PRECOCEMENTE OS AGRAVOS À SAÚDE E OS PORTADORES DE DOENÇA OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA E EXAMES COMPLEMENTARES. DEVERÁ SER REALIZADO DE ACORDO COM OS INTERVALOS MÍNIMOS DE TEMPO ABAIXO DISCRIMINADOS: PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RISCOS OU A SITUAÇÕES DE TRABALHO QUE IMPLIQUEM O DESENCADEAMENTO OU AGRAVAMENTO DE DOENÇA OCUPACIONAL, OU, AINDA, PARA AQUELES QUE SEJAM PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, OS EXAMES DEVERÃO SER REPETIDOS: A CADA ANO OU A INTERVALOS MENORES, A CRITÉRIO DO MÉDICO ENCARREGADO, OU SE NOTIFICADO PELO MÉDICO AGENTE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, OU, AINDA, COMO RESULTADO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO; DE ACORDO COM A PERIODICIDADE ESPECIFICADA NO ANEXO N.º 6 DA NR 15, PARA OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS; PARA OS DEMAIS TRABALHADORES: ANUAL, QUANDO MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIORES DE 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE; A CADA DOIS ANOS, PARA OS TRABALHADORES ENTRE 18 (DEZOITO) ANOS E 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE. " MUDANÇA DE FUNÇÃO: O EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO SERÁ REALIZADO ANTES DA MUDANÇA DE FUNÇÃO, PARA TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE, POSTO DE TRABALHO OU DE SETOR QUE IMPLIQUE NA EXPOSIÇÃO DO TRABALHADOR A RISCO DIFERENTE DAQUELE A QUE ESTAVA EXPOSTO ANTES DA MUDANÇA. NESTA</p>

			<p>OCASIÃO DEVERÁ SER FEITO EXAME CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DA NOVA FUNÇÃO. " RETORNO AO TRABALHO: O EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA VOLTA AO TRABALHO, QUANDO O TRABALHADOR FICAR AFASTADO POR 30 OU MAIS DIAS, DEVIDO A PARTO, DOENÇA PREVIDENCIÁRIA OU PROFISSIONAL, OU ACIDENTE DE TRABALHO. NESTA OCASIÃO, DEVERÁ SER FEITO SOMENTE O EXAME CLÍNICO. " DEMISSIONAL: O EXAME MÉDICO DEMISSIONAL SERÁ OBRIGATORIAMENTE EM ATÉ 10 DIAS APÓS DATA DA HOMOLOGAÇÃO, DESDE QUE O ÚLTIMO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL TENHA SIDO REALIZADO HÁ MAIS DE 135 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 01 E 02, E 90 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 03 E 04. " OS EXAMES COMPLEMENTARES SERÃO SOLICITADOS DE ACORDO COM OS RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FUNÇÃO E/OU CONFORME DECISÃO DO MÉDICO COORDENADOR.</p>
02	188	UN	<p>ACUIDADE VISUAL CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA NR 7 E O E-SOCIAL EXIGEM INFORMAÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMO ATIVIDADES DESEMPENHADAS, CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE TRABALHO, ASO E CAT, POR EXEMPLO, ESTE TRABALHO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A TABELA 7 (TABELA DE RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS), DETALHADA EM ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO EM HIGIENE OCUPACIONAL (APR-HO) QUE CONSTA NO DOCUMENTO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES (PPRA) VIGENTE, COM O OBJETIVO DE: " PROMOVER E PRESERVAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PRIVILEGIANDO O INSTRUMENTAL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO NA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O TRABALHO, CONSIDERANDO ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; " RASTREAR E DIAGNOSTICAR PRECOCAMENTE AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES RELACIONADOS AO TRABALHO, DESTACANDO O CARÁTER PREVENTIVO; " SER PARTE DO CONJUNTO DE INICIATIVAS DO ÓRGÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; " INDICAR SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, A PARTIR DA DETECÇÃO DOS PROBLEMAS; " CONSCIENTIZAR A EMPRESA E OS TRABALHADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ASPECTO PREVENTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO; " CONTRIBUIR PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CLIENTES, ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES; " FORMAR, ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, HISTÓRICOS DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS (FÍSICAS E MENTAIS) DOS TRABALHADORES. " GARANTIR A ELABORAÇÃO E EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PCMSO, BEM COMO ZELAR PELA SUA EFICÁCIA. " CUSTEAR, SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO, TODOS OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PCMSO. EXAMES MÉDICOS OS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS TÊM POR OBJETIVOS A AVALIAÇÃO: " DA SAÚDE NO ASPECTO GERAL; " DA CAPACIDADE LABORATIVA; " DAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE. " ADMISSIONAL: O EXAME MÉDICO ADMISSIONAL DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA CONTRATAÇÃO, TENDO COMO OBJETIVO DEFINIR A APTIDÃO DE UM CANDIDATO AO CARGO, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E OS RISCOS INERENTES AO POSTO DE TRABALHO. " PERIÓDICO: O EXAME MÉDICO PERIÓDICO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR O TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA MÉDICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS RISCOS INERENTES À SUA FUNÇÃO E AO POSTO DE TRABALHO, DETECTAR PRECOCAMENTE OS AGRAVOS À SAÚDE E OS PORTADORES DE DOENÇA OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA E EXAMES COMPLEMENTARES. DEVERÁ SER REALIZADO DE ACORDO COM OS INTERVALOS MÍNIMOS DE TEMPO ABAIXO DISCRIMINADOS: PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RISCOS OU A SITUAÇÕES DE TRABALHO QUE IMPLIQUEM O DESENCADEAMENTO OU AGRAVAMENTO DE DOENÇA OCUPACIONAL, OU, AINDA, PARA AQUELES QUE SEJAM PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, OS EXAMES DEVERÃO SER REPETIDOS: A CADA ANO OU A INTERVALOS MENORES, A CRITÉRIO DO MÉDICO ENCARREGADO, OU SE NOTIFICADO PELO MÉDICO AGENTE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, OU, AINDA, COMO RESULTADO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO; DE ACORDO COM A PERIODICIDADE ESPECIFICADA NO ANEXO N.º 6 DA NR 15, PARA OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS; PARA OS DEMAIS TRABALHADORES: ANUAL, QUANDO MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIORES DE 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE; A CADA DOIS ANOS, PARA OS TRABALHADORES ENTRE 18 (DEZOITO) ANOS E 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE. " MUDANÇA DE FUNÇÃO: O EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO SERÁ REALIZADO ANTES DA MUDANÇA DE FUNÇÃO, PARA TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE, POSTO DE TRABALHO OU DE SETOR QUE IMPLIQUE NA EXPOSIÇÃO DO TRABALHADOR A RISCO DIFERENTE DAQUELE A QUE ESTAVA EXPOSTO ANTES DA MUDANÇA. NESTA OCASIÃO DEVERÁ SER FEITO EXAME CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DA NOVA FUNÇÃO. " RETORNO AO TRABALHO: O EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA VOLTA AO TRABALHO, QUANDO O TRABALHADOR FICAR AFASTADO POR 30 OU MAIS DIAS, DEVIDO A PARTO, DOENÇA PREVIDENCIÁRIA OU PROFISSIONAL, OU ACIDENTE DE TRABALHO. NESTA OCASIÃO, DEVERÁ SER FEITO SOMENTE O EXAME CLÍNICO. " DEMISSIONAL: O EXAME MÉDICO DEMISSIONAL SERÁ OBRIGATORIAMENTE EM ATÉ 10 DIAS APÓS DATA DA HOMOLOGAÇÃO, DESDE QUE O ÚLTIMO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL TENHA SIDO REALIZADO HÁ MAIS DE 135 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 01 E 02, E 90 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO</p>

			03 E 04. " OS EXAMES COMPLEMENTARES SERÃO SOLICITADOS DE ACORDO COM OS RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FUNÇÃO E/OU CONFORME DECISÃO DO MÉDICO COORDENADOR.
03	900	UN	<p>HEMOGRAMA</p> <p>CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA NR 7 E O E-SOCIAL EXIGEM INFORMAÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMO ATIVIDADES DESEMPENHADAS, CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE TRABALHO, ASO E CAT, POR EXEMPLO, ESTE TRABALHO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A TABELA 7 (TABELA DE RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS), DETALHADA EM ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO EM HIGIENE OCUPACIONAL (APR-HO) QUE CONSTA NO DOCUMENTO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES (PPRA) VIGENTE, COM O OBJETIVO DE: " PROMOVER E PRESERVAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PRIVILEGIANDO O INSTRUMENTAL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO NA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O TRABALHO, CONSIDERANDO ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; " RASTREAR E DIAGNOSTICAR PRECOCEMENTE AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES RELACIONADOS AO TRABALHO, DESTACANDO O CARÁTER PREVENTIVO; " SER PARTE DO CONJUNTO DE INICIATIVAS DO ÓRGÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; " INDICAR SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, A PARTIR DA DETECÇÃO DOS PROBLEMAS; " CONSCIENTIZAR A EMPRESA E OS TRABALHADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ASPECTO PREVENTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO; " CONTRIBUIR PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CLIENTES, ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES; " FORMAR, ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, HISTÓRICOS DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS (FÍSICAS E MENTAIS) DOS TRABALHADORES. " GARANTIR A ELABORAÇÃO E EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PCMSO, BEM COMO ZELAR PELA SUA EFICÁCIA. " CUSTEAR, SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO, TODOS OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PCMSO. EXAMES MÉDICOS OS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS TÊM POR OBJETIVOS A AVALIAÇÃO: " DA SAÚDE NO ASPECTO GERAL; " DA CAPACIDADE LABORATIVA; " DAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE. " ADMISSIONAL: O EXAME MÉDICO ADMISSIONAL DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA CONTRATAÇÃO, TENDO COMO OBJETIVO DEFINIR A APTIDÃO DE UM CANDIDATO AO CARGO, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E OS RISCOS INERENTES AO POSTO DE TRABALHO. " PERIÓDICO: O EXAME MÉDICO PERIÓDICO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR O TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA MÉDICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS RISCOS INERENTES À SUA FUNÇÃO E AO POSTO DE TRABALHO, DETECTAR PRECOCEMENTE OS AGRAVOS À SAÚDE E OS PORTADORES DE DOENÇA OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA E EXAMES COMPLEMENTARES. DEVERÁ SER REALIZADO DE ACORDO COM OS INTERVALOS MÍNIMOS DE TEMPO ABAIXO DISCRIMINADOS: PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RISCOS OU A SITUAÇÕES DE TRABALHO QUE IMPLIQUEM O DESENCADEAMENTO OU AGRAVAMENTO DE DOENÇA OCUPACIONAL, OU, AINDA, PARA AQUELES QUE SEJAM PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, OS EXAMES DEVERÃO SER REPETIDOS: A CADA ANO OU A INTERVALOS MENORES, A CRITÉRIO DO MÉDICO ENCARREGADO, OU SE NOTIFICADO PELO MÉDICO AGENTE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, OU, AINDA, COMO RESULTADO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO; DE ACORDO COM A PERIODICIDADE ESPECIFICADA NO ANEXO N.º 6 DA NR 15, PARA OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS; PARA OS DEMAIS TRABALHADORES: ANUAL, QUANDO MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIORES DE 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE; A CADA DOIS ANOS, PARA OS TRABALHADORES ENTRE 18 (DEZOITO) ANOS E 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE. " MUDANÇA DE FUNÇÃO: O EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO SERÁ REALIZADO ANTES DA MUDANÇA DE FUNÇÃO, PARA TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE, POSTO DE TRABALHO OU DE SETOR QUE IMPLIQUE NA EXPOSIÇÃO DO TRABALHADOR A RISCO DIFERENTE DAQUELE A QUE ESTAVA EXPOSTO ANTES DA MUDANÇA. NESTA OCASIÃO DEVERÁ SER FEITO EXAME CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DA NOVA FUNÇÃO. " RETORNO AO TRABALHO: O EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA VOLTA AO TRABALHO, QUANDO O TRABALHADOR FICAR AFASTADO POR 30 OU MAIS DIAS, DEVIDO A PARTO, DOENÇA PREVIDENCIÁRIA OU PROFISSIONAL, OU ACIDENTE DE TRABALHO. NESTA OCASIÃO, DEVERÁ SER FEITO SOMENTE O EXAME CLÍNICO. " DEMISSIONAL: O EXAME MÉDICO DEMISSIONAL SERÁ OBRIGATORIAMENTE EM ATÉ 10 DIAS APÓS DATA DA HOMOLOGAÇÃO, DESDE QUE O ÚLTIMO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL TENHA SIDO REALIZADO HÁ MAIS DE 135 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 01 E 02, E 90 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 03 E 04. " OS EXAMES COMPLEMENTARES SERÃO SOLICITADOS DE ACORDO COM OS RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FUNÇÃO E/OU CONFORME DECISÃO DO MÉDICO COORDENADOR.</p>
04	170	UN	<p>EPF</p> <p>CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA NR 7 E O E-SOCIAL EXIGEM INFORMAÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMO ATIVIDADES DESEMPENHADAS, CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE TRABALHO, ASO E CAT, POR EXEMPLO, ESTE TRABALHO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A TABELA 7 (TABELA DE RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS), DETALHADA EM ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO EM HIGIENE OCUPACIONAL (APR-HO) QUE</p>

			<p>CONSTA NO DOCUMENTO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES (PPRA) VIGENTE, COM O OBJETIVO DE: " PROMOVER E PRESERVAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PRIVILEGIANDO O INSTRUMENTAL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO NA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O TRABALHO, CONSIDERANDO ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; " RASTREAR E DIAGNOSTICAR PRECOCEMENTE AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES RELACIONADOS AO TRABALHO, DESTACANDO O CARÁTER PREVENTIVO; " SER PARTE DO CONJUNTO DE INICIATIVAS DO ÓRGÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; " INDICAR SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, A PARTIR DA DETECÇÃO DOS PROBLEMAS; " CONSCIENTIZAR A EMPRESA E OS TRABALHADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ASPECTO PREVENTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO; " CONTRIBUIR PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CLIENTES, ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES; " FORMAR, ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, HISTÓRICOS DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS (FÍSICAS E MENTAIS) DOS TRABALHADORES. " GARANTIR A ELABORAÇÃO E EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PCMSO, BEM COMO ZELAR PELA SUA EFICÁCIA. " CUSTEAR, SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO, TODOS OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PCMSO. EXAMES MÉDICOS OS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS TÊM POR OBJETIVOS A AVALIAÇÃO: " DA SAÚDE NO ASPECTO GERAL; " DA CAPACIDADE LABORATIVA; " DAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE. " ADMISSIONAL: O EXAME MÉDICO ADMISSIONAL DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA CONTRATAÇÃO, TENDO COMO OBJETIVO DEFINIR A APTIDÃO DE UM CANDIDATO AO CARGO, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E OS RISCOS INERENTES AO POSTO DE TRABALHO. " PERIÓDICO: O EXAME MÉDICO PERIÓDICO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR O TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA MÉDICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS RISCOS INERENTES À SUA FUNÇÃO E AO POSTO DE TRABALHO, DETECTAR PRECOCEMENTE OS AGRAVOS À SAÚDE E OS PORTADORES DE DOENÇA OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA E EXAMES COMPLEMENTARES. DEVERÁ SER REALIZADO DE ACORDO COM OS INTERVALOS MÍNIMOS DE TEMPO ABAIXO DISCRIMINADOS: PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RISCOS OU A SITUAÇÕES DE TRABALHO QUE IMPLIQUEM O DESENCADEAMENTO OU AGRAVAMENTO DE DOENÇA OCUPACIONAL, OU, AINDA, PARA AQUELES QUE SEJAM PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, OS EXAMES DEVERÃO SER REPETIDOS: A CADA ANO OU A INTERVALOS MENORES, A CRITÉRIO DO MÉDICO ENCARREGADO, OU SE NOTIFICADO PELO MÉDICO AGENTE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, OU, AINDA, COMO RESULTADO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO; DE ACORDO COM A PERIODICIDADE ESPECIFICADA NO ANEXO N.º 6 DA NR 15, PARA OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS; PARA OS DEMAIS TRABALHADORES: ANUAL, QUANDO MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIORES DE 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE; A CADA DOIS ANOS, PARA OS TRABALHADORES ENTRE 18 (DEZOITO) ANOS E 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE. " MUDANÇA DE FUNÇÃO: O EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO SERÁ REALIZADO ANTES DA MUDANÇA DE FUNÇÃO, PARA TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE, POSTO DE TRABALHO OU DE SETOR QUE IMPLIQUE NA EXPOSIÇÃO DO TRABALHADOR A RISCO DIFERENTE DAQUELE A QUE ESTAVA EXPOSTO ANTES DA MUDANÇA. NESTA OCASIÃO DEVERÁ SER FEITO EXAME CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DA NOVA FUNÇÃO. " RETORNO AO TRABALHO: O EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA VOLTA AO TRABALHO, QUANDO O TRABALHADOR FICAR AFASTADO POR 30 OU MAIS DIAS, DEVIDO A PARTO, DOENÇA PREVIDENCIÁRIA OU PROFISSIONAL, OU ACIDENTE DE TRABALHO. NESTA OCASIÃO, DEVERÁ SER FEITO SOMENTE O EXAME CLÍNICO. " DEMISSIONAL: O EXAME MÉDICO DEMISSIONAL SERÁ OBRIGATORIAMENTE EM ATÉ 10 DIAS APÓS DATA DA HOMOLOGAÇÃO, DESDE QUE O ÚLTIMO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL TENHA SIDO REALIZADO HÁ MAIS DE 135 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 01 E 02, E 90 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 03 E 04. " OS EXAMES COMPLEMENTARES SERÃO SOLICITADOS DE ACORDO COM OS RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FUNÇÃO E/OU CONFORME DECISÃO DO MÉDICO COORDENADOR.</p>
05	150	UN	<p>GLICEMIA CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA NR 7 E O E-SOCIAL EXIGEM INFORMAÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMO ATIVIDADES DESEMPENHADAS, CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE TRABALHO, ASO E CAT, POR EXEMPLO, ESTE TRABALHO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A TABELA 7 (TABELA DE RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS), DETALHADA EM ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO EM HIGIENE OCUPACIONAL (APR-HO) QUE CONSTA NO DOCUMENTO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES (PPRA) VIGENTE, COM O OBJETIVO DE: " PROMOVER E PRESERVAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PRIVILEGIANDO O INSTRUMENTAL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO NA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O TRABALHO, CONSIDERANDO ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; " RASTREAR E DIAGNOSTICAR PRECOCEMENTE AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES RELACIONADOS AO TRABALHO, DESTACANDO O CARÁTER PREVENTIVO; " SER PARTE DO CONJUNTO DE INICIATIVAS DO ÓRGÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; " INDICAR SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, A PARTIR DA</p>

			<p>DETECÇÃO DOS PROBLEMAS; " CONSCIENTIZAR A EMPRESA E OS TRABALHADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ASPECTO PREVENTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO; " CONTRIBUIR PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CLIENTES, ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES; " FORMAR, ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, HISTÓRICOS DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS (FÍSICAS E MENTAIS) DOS TRABALHADORES. " GARANTIR A ELABORAÇÃO E EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PCMSO, BEM COMO ZELAR PELA SUA EFICÁCIA. " CUSTEAR, SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO, TODOS OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PCMSO. EXAMES MÉDICOS OS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS TÊM POR OBJETIVOS A AVALIAÇÃO: " DA SAÚDE NO ASPECTO GERAL; " DA CAPACIDADE LABORATIVA; " DAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE. " ADMISSIONAL: O EXAME MÉDICO ADMISSIONAL DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA CONTRATAÇÃO, TENDO COMO OBJETIVO DEFINIR A APTIDÃO DE UM CANDIDATO AO CARGO, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E OS RISCOS INERENTES AO POSTO DE TRABALHO. " PERIÓDICO: O EXAME MÉDICO PERIÓDICO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR O TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA MÉDICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS RISCOS INERENTES À SUA FUNÇÃO E AO POSTO DE TRABALHO, DETECTAR PRECOCAMENTE OS AGRAVOS À SAÚDE E OS PORTADORES DE DOENÇA OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA E EXAMES COMPLEMENTARES. DEVERÁ SER REALIZADO DE ACORDO COM OS INTERVALOS MÍNIMOS DE TEMPO ABAIXO DISCRIMINADOS: PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RISCOS OU A SITUAÇÕES DE TRABALHO QUE IMPLIQUEM O DESENCADEAMENTO OU AGRAVAMENTO DE DOENÇA OCUPACIONAL, OU, AINDA, PARA AQUELES QUE SEJAM PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, OS EXAMES DEVERÃO SER REPETIDOS: A CADA ANO OU A INTERVALOS MENORES, A CRITÉRIO DO MÉDICO ENCARREGADO, OU SE NOTIFICADO PELO MÉDICO AGENTE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, OU, AINDA, COMO RESULTADO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO; DE ACORDO COM A PERIODICIDADE ESPECIFICADA NO ANEXO N.º 6 DA NR 15, PARA OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS; PARA OS DEMAIS TRABALHADORES: ANUAL, QUANDO MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIORES DE 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE; A CADA DOIS ANOS, PARA OS TRABALHADORES ENTRE 18 (DEZOITO) ANOS E 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE. " MUDANÇA DE FUNÇÃO: O EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO SERÁ REALIZADO ANTES DA MUDANÇA DE FUNÇÃO, PARA TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE, POSTO DE TRABALHO OU DE SETOR QUE IMPLIQUE NA EXPOSIÇÃO DO TRABALHADOR A RISCO DIFERENTE DAQUELE A QUE ESTAVA EXPOSTO ANTES DA MUDANÇA. NESTA OCASIÃO DEVERÁ SER FEITO EXAME CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DA NOVA FUNÇÃO. " RETORNO AO TRABALHO: O EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA VOLTA AO TRABALHO, QUANDO O TRABALHADOR FICAR AFASTADO POR 30 OU MAIS DIAS, DEVIDO A PARTO, DOENÇA PREVIDENCIÁRIA OU PROFISSIONAL, OU ACIDENTE DE TRABALHO. NESTA OCASIÃO, DEVERÁ SER FEITO SOMENTE O EXAME CLÍNICO. " DEMISSIONAL: O EXAME MÉDICO DEMISSIONAL SERÁ OBRIGATORIAMENTE EM ATÉ 10 DIAS APÓS DATA DA HOMOLOGAÇÃO, DESDE QUE O ÚLTIMO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL TENHA SIDO REALIZADO HÁ MAIS DE 135 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 01 E 02, E 90 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 03 E 04. " OS EXAMES COMPLEMENTARES SERÃO SOLICITADOS DE ACORDO COM OS RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FUNÇÃO E/OU CONFORME DECISÃO DO MÉDICO COORDENADOR.</p>
06	200	UN	<p>AUDIOMETRIA TONAL CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA NR 7 E O E-SOCIAL EXIGEM INFORMAÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMO ATIVIDADES DESEMPENHADAS, CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE TRABALHO, ASO E CAT, POR EXEMPLO, ESTE TRABALHO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A TABELA 7 (TABELA DE RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS), DETALHADA EM ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO EM HIGIENE OCUPACIONAL (APR-HO) QUE CONSTA NO DOCUMENTO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES (PPRA) VIGENTE, COM O OBJETIVO DE: " PROMOVER E PRESERVAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PRIVILEGIANDO O INSTRUMENTAL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO NA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O TRABALHO, CONSIDERANDO ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; " RASTREAR E DIAGNOSTICAR PRECOCAMENTE AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES RELACIONADOS AO TRABALHO, DESTACANDO O CARÁTER PREVENTIVO; " SER PARTE DO CONJUNTO DE INICIATIVAS DO ÓRGÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; " INDICAR SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, A PARTIR DA DETECÇÃO DOS PROBLEMAS; " CONSCIENTIZAR A EMPRESA E OS TRABALHADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ASPECTO PREVENTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO; " CONTRIBUIR PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CLIENTES, ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES; " FORMAR, ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, HISTÓRICOS DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS (FÍSICAS E MENTAIS) DOS TRABALHADORES. " GARANTIR A ELABORAÇÃO E EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PCMSO, BEM COMO ZELAR PELA SUA EFICÁCIA. " CUSTEAR, SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO, TODOS OS</p>

			<p>PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PCMSO. EXAMES MÉDICOS OS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS TÊM POR OBJETIVOS A AVALIAÇÃO: " DA SAÚDE NO ASPECTO GERAL; " DA CAPACIDADE LABORATIVA; " DAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE. " ADMISSIONAL: O EXAME MÉDICO ADMISSIONAL DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA CONTRATAÇÃO, TENDO COMO OBJETIVO DEFINIR A APTIDÃO DE UM CANDIDATO AO CARGO, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E OS RISCOS INERENTES AO POSTO DE TRABALHO. " PERIÓDICO: O EXAME MÉDICO PERIÓDICO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR O TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA MÉDICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS RISCOS INERENTES À SUA FUNÇÃO E AO POSTO DE TRABALHO, DETECTAR PRECOCEMENTE OS AGRAVOS À SAÚDE E OS PORTADORES DE DOENÇA OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA E EXAMES COMPLEMENTARES. DEVERÁ SER REALIZADO DE ACORDO COM OS INTERVALOS MÍNIMOS DE TEMPO ABAIXO DISCRIMINADOS: PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RISCOS OU A SITUAÇÕES DE TRABALHO QUE IMPLIQUEM O DESENCADEAMENTO OU AGRAVAMENTO DE DOENÇA OCUPACIONAL, OU, AINDA, PARA AQUELES QUE SEJAM PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, OS EXAMES DEVERÃO SER REPETIDOS: A CADA ANO OU A INTERVALOS MENORES, A CRITÉRIO DO MÉDICO ENCARREGADO, OU SE NOTIFICADO PELO MÉDICO AGENTE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, OU, AINDA, COMO RESULTADO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO; DE ACORDO COM A PERIODICIDADE ESPECIFICADA NO ANEXO N.º 6 DA NR 15, PARA OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS; PARA OS DEMAIS TRABALHADORES: ANUAL, QUANDO MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIORES DE 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE; A CADA DOIS ANOS, PARA OS TRABALHADORES ENTRE 18 (DEZOITO) ANOS E 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE." MUDANÇA DE FUNÇÃO: O EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO SERÁ REALIZADO ANTES DA MUDANÇA DE FUNÇÃO, PARA TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE, POSTO DE TRABALHO OU DE SETOR QUE IMPLIQUE NA EXPOSIÇÃO DO TRABALHADOR A RISCO DIFERENTE DAQUELE A QUE ESTAVA EXPOSTO ANTES DA MUDANÇA. NESTA OCASIÃO DEVERÁ SER FEITO EXAME CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DA NOVA FUNÇÃO. " RETORNO AO TRABALHO: O EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA VOLTA AO TRABALHO, QUANDO O TRABALHADOR FICAR AFASTADO POR 30 OU MAIS DIAS, DEVIDO A PARTO, DOENÇA PREVIDENCIÁRIA OU PROFISSIONAL, OU ACIDENTE DE TRABALHO. NESTA OCASIÃO, DEVERÁ SER FEITO SOMENTE O EXAME CLÍNICO. " DEMISSIONAL: O EXAME MÉDICO DEMISSIONAL SERÁ OBRIGATORIAMENTE EM ATÉ 10 DIAS APÓS DATA DA HOMOLOGAÇÃO, DESDE QUE O ÚLTIMO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL TENHA SIDO REALIZADO HÁ MAIS DE 135 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 01 E 02, E 90 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 03 E 04. " OS EXAMES COMPLEMENTARES SERÃO SOLICITADOS DE ACORDO COM OS RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FUNÇÃO E/OU CONFORME DECISÃO DO MÉDICO COORDENADOR.</p>
07	800	UN	<p>AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA NR 7 E O E-SOCIAL EXIGEM INFORMAÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMO ATIVIDADES DESEMPENHADAS, CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE TRABALHO, ASO E CAT, POR EXEMPLO, ESTE TRABALHO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A TABELA 7 (TABELA DE RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS), DETALHADA EM ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO EM HIGIENE OCUPACIONAL (APR-HO) QUE CONSTA NO DOCUMENTO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES (PPRA) VIGENTE, COM O OBJETIVO DE: " PROMOVER E PRESERVAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PRIVILEGIANDO O INSTRUMENTAL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO NA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O TRABALHO, CONSIDERANDO ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; " RASTREAR E DIAGNOSTICAR PRECOCEMENTE AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES RELACIONADOS AO TRABALHO, DESTACANDO O CARÁTER PREVENTIVO; " SER PARTE DO CONJUNTO DE INICIATIVAS DO ÓRGÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; " INDICAR SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, A PARTIR DA DETECÇÃO DOS PROBLEMAS; " CONSCIENTIZAR A EMPRESA E OS TRABALHADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ASPECTO PREVENTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO; " CONTRIBUIR PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CLIENTES, ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES; " FORMAR, ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, HISTÓRICOS DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS (FÍSICAS E MENTAIS) DOS TRABALHADORES. " GARANTIR A ELABORAÇÃO E EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PCMSO, BEM COMO ZELAR PELA SUA EFICÁCIA. " CUSTEAR, SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO, TODOS OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PCMSO. EXAMES MÉDICOS OS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS TÊM POR OBJETIVOS A AVALIAÇÃO: " DA SAÚDE NO ASPECTO GERAL; " DA CAPACIDADE LABORATIVA; " DAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE. " ADMISSIONAL: O EXAME MÉDICO ADMISSIONAL DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA CONTRATAÇÃO, TENDO COMO OBJETIVO DEFINIR A APTIDÃO DE UM CANDIDATO AO CARGO, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E OS RISCOS INERENTES AO POSTO DE TRABALHO. " PERIÓDICO: O EXAME MÉDICO PERIÓDICO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR O TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA MÉDICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS RISCOS INERENTES À SUA FUNÇÃO E AO POSTO DE TRABALHO,</p>

			<p>DETECTAR PRECOCEMENTE OS AGRAVOS À SAÚDE E OS PORTADORES DE DOENÇA OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA E EXAMES COMPLEMENTARES. DEVERÁ SER REALIZADO DE ACORDO COM OS INTERVALOS MÍNIMOS DE TEMPO ABAIXO DISCRIMINADOS: PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RISCOS OU A SITUAÇÕES DE TRABALHO QUE IMPLIQUEM O DESENCADEAMENTO OU AGRAVAMENTO DE DOENÇA OCUPACIONAL, OU, AINDA, PARA AQUELES QUE SEJAM PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, OS EXAMES DEVERÃO SER REPETIDOS: A CADA ANO OU A INTERVALOS MENORES, A CRITÉRIO DO MÉDICO ENCARREGADO, OU SE NOTIFICADO PELO MÉDICO AGENTE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, OU, AINDA, COMO RESULTADO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO; DE ACORDO COM A PERIODICIDADE ESPECIFICADA NO ANEXO N.º 6 DA NR 15, PARA OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS; PARA OS DEMAIS TRABALHADORES: ANUAL, QUANDO MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIORES DE 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE; A CADA DOIS ANOS, PARA OS TRABALHADORES ENTRE 18 (DEZOITO) ANOS E 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE. " MUDANÇA DE FUNÇÃO: O EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO SERÁ REALIZADO ANTES DA MUDANÇA DE FUNÇÃO, PARA TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE, POSTO DE TRABALHO OU DE SETOR QUE IMPLIQUE NA EXPOSIÇÃO DO TRABALHADOR A RISCO DIFERENTE DAQUELE A QUE ESTAVA EXPOSTO ANTES DA MUDANÇA. NESTA OCASIÃO DEVERÁ SER FEITO EXAME CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DA NOVA FUNÇÃO. " RETORNO AO TRABALHO: O EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA VOLTA AO TRABALHO, QUANDO O TRABALHADOR FICAR AFASTADO POR 30 OU MAIS DIAS, DEVIDO A PARTO, DOENÇA PREVIDENCIÁRIA OU PROFISSIONAL, OU ACIDENTE DE TRABALHO. NESTA OCASIÃO, DEVERÁ SER FEITO SOMENTE O EXAME CLÍNICO. " DEMISSIONAL: O EXAME MÉDICO DEMISSIONAL SERÁ OBRIGATORIAMENTE EM ATÉ 10 DIAS APÓS DATA DA HOMOLOGAÇÃO, DESDE QUE O ÚLTIMO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL TENHA SIDO REALIZADO HÁ MAIS DE 135 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 01 E 02, E 90 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 03 E 04. " OS EXAMES COMPLEMENTARES SERÃO SOLICITADOS DE ACORDO COM OS RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FUNÇÃO E/OU CONFORME DECISÃO DO MÉDICO COORDENADOR.</p>
08	600	UN	<p>HBSAG CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA NR 7 E O E-SOCIAL EXIGEM INFORMAÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMO ATIVIDADES DESEMPENHADAS, CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE TRABALHO, ASO E CAT, POR EXEMPLO, ESTE TRABALHO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A TABELA 7 (TABELA DE RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS), DETALHADA EM ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO EM HIGIENE OCUPACIONAL (APR-HO) QUE CONSTA NO DOCUMENTO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES (PPRA) VIGENTE, COM O OBJETIVO DE: " PROMOVER E PRESERVAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PRIVILEGIANDO O INSTRUMENTAL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO NA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O TRABALHO, CONSIDERANDO ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; " RASTREAR E DIAGNOSTICAR PRECOCEMENTE AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES RELACIONADOS AO TRABALHO, DESTACANDO O CARÁTER PREVENTIVO; " SER PARTE DO CONJUNTO DE INICIATIVAS DO ÓRGÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; " INDICAR SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, A PARTIR DA DETECÇÃO DOS PROBLEMAS; " CONSCIENTIZAR A EMPRESA E OS TRABALHADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ASPECTO PREVENTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO; " CONTRIBUIR PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CLIENTES, ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES; " FORMAR, ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, HISTÓRICOS DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS (FÍSICAS E MENTAIS) DOS TRABALHADORES. " GARANTIR A ELABORAÇÃO E EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PCMSO, BEM COMO ZELAR PELA SUA EFICÁCIA. " CUSTEAR, SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO, TODOS OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PCMSO. EXAMES MÉDICOS OS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS TÊM POR OBJETIVOS A AVALIAÇÃO: " DA SAÚDE NO ASPECTO GERAL; " DA CAPACIDADE LABORATIVA; " DAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE. " ADMISSIONAL: O EXAME MÉDICO ADMISSIONAL DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA CONTRATAÇÃO, TENDO COMO OBJETIVO DEFINIR A APTIDÃO DE UM CANDIDATO AO CARGO, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E OS RISCOS INERENTES AO POSTO DE TRABALHO. " PERIÓDICO: O EXAME MÉDICO PERIÓDICO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR O TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA MÉDICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS RISCOS INERENTES À SUA FUNÇÃO E AO POSTO DE TRABALHO, DETECTAR PRECOCEMENTE OS AGRAVOS À SAÚDE E OS PORTADORES DE DOENÇA OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA E EXAMES COMPLEMENTARES. DEVERÁ SER REALIZADO DE ACORDO COM OS INTERVALOS MÍNIMOS DE TEMPO ABAIXO DISCRIMINADOS: PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RISCOS OU A SITUAÇÕES DE TRABALHO QUE IMPLIQUEM O DESENCADEAMENTO OU AGRAVAMENTO DE DOENÇA OCUPACIONAL, OU, AINDA, PARA AQUELES QUE SEJAM PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, OS EXAMES DEVERÃO SER REPETIDOS: A CADA ANO OU A INTERVALOS MENORES, A CRITÉRIO DO MÉDICO ENCARREGADO, OU SE NOTIFICADO PELO MÉDICO AGENTE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, OU, AINDA, COMO RESULTADO DE NEGOCIAÇÃO</p>

			<p>COLETIVA DE TRABALHO; DE ACORDO COM A PERIODICIDADE ESPECIFICADA NO ANEXO N.º 6 DA NR 15, PARA OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS; PARA OS DEMAIS TRABALHADORES: ANUAL, QUANDO MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIORES DE 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE; A CADA DOIS ANOS, PARA OS TRABALHADORES ENTRE 18 (DEZOITO) ANOS E 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE. " MUDANÇA DE FUNÇÃO: O EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO SERÁ REALIZADO ANTES DA MUDANÇA DE FUNÇÃO, PARA TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE, POSTO DE TRABALHO OU DE SETOR QUE IMPLIQUE NA EXPOSIÇÃO DO TRABALHADOR A RISCO DIFERENTE DAQUELE A QUE ESTAVA EXPOSTO ANTES DA MUDANÇA. NESTA OCASIÃO DEVERÁ SER FEITO EXAME CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DA NOVA FUNÇÃO. " RETORNO AO TRABALHO: O EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA VOLTA AO TRABALHO, QUANDO O TRABALHADOR FICAR AFASTADO POR 30 OU MAIS DIAS, DEVIDO A PARTO, DOENÇA PREVIDENCIÁRIA OU PROFISSIONAL, OU ACIDENTE DE TRABALHO. NESTA OCASIÃO, DEVERÁ SER FEITO SOMENTE O EXAME CLÍNICO. " DEMISSIONAL: O EXAME MÉDICO DEMISSIONAL SERÁ OBRIGATORIAMENTE EM ATÉ 10 DIAS APÓS DATA DA HOMOLOGAÇÃO, DESDE QUE O ÚLTIMO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL TENHA SIDO REALIZADO HÁ MAIS DE 135 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 01 E 02, E 90 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 03 E 04. " OS EXAMES COMPLEMENTARES SERÃO SOLICITADOS DE ACORDO COM OS RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FUNÇÃO E/OU CONFORME DECISÃO DO MÉDICO COORDENADOR.</p>
09	600	UN	<p>ANTI HBS CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA NR 7 E O E-SOCIAL EXIGEM INFORMAÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMO ATIVIDADES DESEMPENHADAS, CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE TRABALHO, ASO E CAT, POR EXEMPLO, ESTE TRABALHO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A TABELA 7 (TABELA DE RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS), DETALHADA EM ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO EM HIGIENE OCUPACIONAL (APR-HO) QUE CONSTA NO DOCUMENTO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES (PPRA) VIGENTE, COM O OBJETIVO DE: " PROMOVER E PRESERVAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PRIVILEGIANDO O INSTRUMENTAL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO NA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O TRABALHO, CONSIDERANDO ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; " RASTREAR E DIAGNOSTICAR PRECOCAMENTE AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES RELACIONADOS AO TRABALHO, DESTACANDO O CARÁTER PREVENTIVO; " SER PARTE DO CONJUNTO DE INICIATIVAS DO ÓRGÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; " INDICAR SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, A PARTIR DA DETECÇÃO DOS PROBLEMAS; " CONSCIENTIZAR A EMPRESA E OS TRABALHADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ASPECTO PREVENTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO; " CONTRIBUIR PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CLIENTES, ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES; " FORMAR, ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, HISTÓRICOS DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS (FÍSICAS E MENTAIS) DOS TRABALHADORES. " GARANTIR A ELABORAÇÃO E EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PCMSO, BEM COMO ZELAR PELA SUA EFICÁCIA. " CUSTEAR, SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO, TODOS OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PCMSO. EXAMES MÉDICOS OS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS TÊM POR OBJETIVOS A AVALIAÇÃO: " DA SAÚDE NO ASPECTO GERAL; " DA CAPACIDADE LABORATIVA; " DAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE. " ADMISSIONAL: O EXAME MÉDICO ADMISSIONAL DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA CONTRATAÇÃO, TENDO COMO OBJETIVO DEFINIR A APTIDÃO DE UM CANDIDATO AO CARGO, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E OS RISCOS INERENTES AO POSTO DE TRABALHO. " PERIÓDICO: O EXAME MÉDICO PERIÓDICO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR O TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA MÉDICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS RISCOS INERENTES À SUA FUNÇÃO E AO POSTO DE TRABALHO, DETECTAR PRECOCAMENTE OS AGRAVOS À SAÚDE E OS PORTADORES DE DOENÇA OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA E EXAMES COMPLEMENTARES. DEVERÁ SER REALIZADO DE ACORDO COM OS INTERVALOS MÍNIMOS DE TEMPO ABAIXO DISCRIMINADOS: PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RISCOS OU A SITUAÇÕES DE TRABALHO QUE IMPLIQUEM O DESENCADEAMENTO OU AGRAVAMENTO DE DOENÇA OCUPACIONAL, OU, AINDA, PARA AQUELES QUE SEJAM PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, OS EXAMES DEVERÃO SER REPETIDOS: A CADA ANO OU A INTERVALOS MENORES, A CRITÉRIO DO MÉDICO ENCARREGADO, OU SE NOTIFICADO PELO MÉDICO AGENTE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, OU, AINDA, COMO RESULTADO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO; DE ACORDO COM A PERIODICIDADE ESPECIFICADA NO ANEXO N.º 6 DA NR 15, PARA OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS; PARA OS DEMAIS TRABALHADORES: ANUAL, QUANDO MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIORES DE 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE; A CADA DOIS ANOS, PARA OS TRABALHADORES ENTRE 18 (DEZOITO) ANOS E 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE. " MUDANÇA DE FUNÇÃO: O EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO SERÁ REALIZADO ANTES DA MUDANÇA DE FUNÇÃO, PARA TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE, POSTO DE TRABALHO OU DE SETOR QUE IMPLIQUE NA EXPOSIÇÃO DO TRABALHADOR A RISCO DIFERENTE DAQUELE A QUE ESTAVA EXPOSTO ANTES DA MUDANÇA. NESTA</p>

			<p>OCASIÃO DEVERÁ SER FEITO EXAME CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DA NOVA FUNÇÃO. " RETORNO AO TRABALHO: O EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA VOLTA AO TRABALHO, QUANDO O TRABALHADOR FICAR AFASTADO POR 30 OU MAIS DIAS, DEVIDO A PARTO, DOENÇA PREVIDENCIÁRIA OU PROFISSIONAL, OU ACIDENTE DE TRABALHO. NESTA OCASIÃO, DEVERÁ SER FEITO SOMENTE O EXAME CLÍNICO. " DEMISSIONAL: O EXAME MÉDICO DEMISSIONAL SERÁ OBRIGATORIAMENTE EM ATÉ 10 DIAS APÓS DATA DA HOMOLOGAÇÃO, DESDE QUE O ÚLTIMO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL TENHA SIDO REALIZADO HÁ MAIS DE 135 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 01 E 02, E 90 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 03 E 04. " OS EXAMES COMPLEMENTARES SERÃO SOLICITADOS DE ACORDO COM OS RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FUNÇÃO E/OU CONFORME DECISÃO DO MÉDICO COORDENADOR.</p>
10	600	UN	<p>ANTI HCV CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA NR 7 E O E-SOCIAL EXIGEM INFORMAÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMO ATIVIDADES DESEMPENHADAS, CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE TRABALHO, ASO E CAT, POR EXEMPLO, ESTE TRABALHO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A TABELA 7 (TABELA DE RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS), DETALHADA EM ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO EM HIGIENE OCUPACIONAL (APR-HO) QUE CONSTA NO DOCUMENTO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES (PPRA) VIGENTE, COM O OBJETIVO DE: " PROMOVER E PRESERVAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PRIVILEGIANDO O INSTRUMENTAL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO NA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O TRABALHO, CONSIDERANDO ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; " RASTREAR E DIAGNOSTICAR PRECOCAMENTE AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES RELACIONADOS AO TRABALHO, DESTACANDO O CARÁTER PREVENTIVO; " SER PARTE DO CONJUNTO DE INICIATIVAS DO ÓRGÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; " INDICAR SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, A PARTIR DA DETECÇÃO DOS PROBLEMAS; " CONSCIENTIZAR A EMPRESA E OS TRABALHADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ASPECTO PREVENTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO; " CONTRIBUIR PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CLIENTES, ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES; " FORMAR, ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, HISTÓRICOS DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS (FÍSICAS E MENTAIS) DOS TRABALHADORES. " GARANTIR A ELABORAÇÃO E EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PCMSO, BEM COMO ZELAR PELA SUA EFICÁCIA. " CUSTEAR, SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO, TODOS OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PCMSO. EXAMES MÉDICOS OS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS TÊM POR OBJETIVOS A AVALIAÇÃO: " DA SAÚDE NO ASPECTO GERAL; " DA CAPACIDADE LABORATIVA; " DAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE. " ADMISSIONAL: O EXAME MÉDICO ADMISSIONAL DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA CONTRATAÇÃO, TENDO COMO OBJETIVO DEFINIR A APTIDÃO DE UM CANDIDATO AO CARGO, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E OS RISCOS INERENTES AO POSTO DE TRABALHO. " PERIÓDICO: O EXAME MÉDICO PERIÓDICO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR O TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA MÉDICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS RISCOS INERENTES À SUA FUNÇÃO E AO POSTO DE TRABALHO, DETECTAR PRECOCAMENTE OS AGRAVOS À SAÚDE E OS PORTADORES DE DOENÇA OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA E EXAMES COMPLEMENTARES. DEVERÁ SER REALIZADO DE ACORDO COM OS INTERVALOS MÍNIMOS DE TEMPO ABAIXO DISCRIMINADOS: PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RISCOS OU A SITUAÇÕES DE TRABALHO QUE IMPLIQUEM O DESENCADEAMENTO OU AGRAVAMENTO DE DOENÇA OCUPACIONAL, OU, AINDA, PARA AQUELES QUE SEJAM PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, OS EXAMES DEVERÃO SER REPETIDOS: A CADA ANO OU A INTERVALOS MENORES, A CRITÉRIO DO MÉDICO ENCARREGADO, OU SE NOTIFICADO PELO MÉDICO AGENTE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, OU, AINDA, COMO RESULTADO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO; DE ACORDO COM A PERIODICIDADE ESPECIFICADA NO ANEXO N.º 6 DA NR 15, PARA OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS; PARA OS DEMAIS TRABALHADORES: ANUAL, QUANDO MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIORES DE 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE; A CADA DOIS ANOS, PARA OS TRABALHADORES ENTRE 18 (DEZOITO) ANOS E 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE. " MUDANÇA DE FUNÇÃO: O EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO SERÁ REALIZADO ANTES DA MUDANÇA DE FUNÇÃO, PARA TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE, POSTO DE TRABALHO OU DE SETOR QUE IMPLIQUE NA EXPOSIÇÃO DO TRABALHADOR A RISCO DIFERENTE DAQUELE A QUE ESTAVA EXPOSTO ANTES DA MUDANÇA. NESTA OCASIÃO DEVERÁ SER FEITO EXAME CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DA NOVA FUNÇÃO. " RETORNO AO TRABALHO: O EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA VOLTA AO TRABALHO, QUANDO O TRABALHADOR FICAR AFASTADO POR 30 OU MAIS DIAS, DEVIDO A PARTO, DOENÇA PREVIDENCIÁRIA OU PROFISSIONAL, OU ACIDENTE DE TRABALHO. NESTA OCASIÃO, DEVERÁ SER FEITO SOMENTE O EXAME CLÍNICO. " DEMISSIONAL: O EXAME MÉDICO DEMISSIONAL SERÁ OBRIGATORIAMENTE EM ATÉ 10 DIAS APÓS DATA DA HOMOLOGAÇÃO, DESDE QUE O ÚLTIMO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL TENHA SIDO REALIZADO HÁ MAIS DE 135 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 01 E 02, E 90 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO</p>

			03 E 04. " OS EXAMES COMPLEMENTARES SERÃO SOLICITADOS DE ACORDO COM OS RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FUNÇÃO E/OU CONFORME DECISÃO DO MÉDICO COORDENADOR.
11	100	UN	<p>EEG - ELETROENCEFALOGRAMA</p> <p>CONFORME A NORMA REGULAMENTADORA NR 7 E O E-SOCIAL EXIGEM INFORMAÇÕES DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, COMO ATIVIDADES DESEMPENHADAS, CONDIÇÕES DIFERENCIADAS DE TRABALHO, ASO E CAT, POR EXEMPLO, ESTE TRABALHO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A TABELA 7 (TABELA DE RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS), DETALHADA EM ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCO EM HIGIENE OCUPACIONAL (APR-HO) QUE CONSTA NO DOCUMENTO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES (PPRA) VIGENTE, COM O OBJETIVO DE: " PROMOVER E PRESERVAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PRIVILEGIANDO O INSTRUMENTAL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO NA ABORDAGEM DA RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O TRABALHO, CONSIDERANDO ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS; " RASTREAR E DIAGNOSTICAR PRECOCEMENTE AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES RELACIONADOS AO TRABALHO, DESTACANDO O CARÁTER PREVENTIVO; " SER PARTE DO CONJUNTO DE INICIATIVAS DO ÓRGÃO NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR; " INDICAR SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DOS AMBIENTES DE TRABALHO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, A PARTIR DA DETECÇÃO DOS PROBLEMAS; " CONSCIENTIZAR A EMPRESA E OS TRABALHADORES QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ASPECTO PREVENTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO; " CONTRIBUIR PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS CLIENTES, ATRAVÉS DA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES; " FORMAR, ATRAVÉS DOS REGISTROS DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, HISTÓRICOS DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES CLÍNICAS (FÍSICAS E MENTAIS) DOS TRABALHADORES. " GARANTIR A ELABORAÇÃO E EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PCMSO, BEM COMO ZELAR PELA SUA EFICÁCIA. " CUSTEAR, SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO, TODOS OS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO PCMSO. EXAMES MÉDICOS OS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS TÊM POR OBJETIVOS A AVALIAÇÃO: " DA SAÚDE NO ASPECTO GERAL; " DA CAPACIDADE LABORATIVA; " DAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE. " ADMISSIONAL: O EXAME MÉDICO ADMISSIONAL DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA CONTRATAÇÃO, TENDO COMO OBJETIVO DEFINIR A APTIDÃO DE UM CANDIDATO AO CARGO, CONSIDERANDO AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E OS RISCOS INERENTES AO POSTO DE TRABALHO. " PERIÓDICO: O EXAME MÉDICO PERIÓDICO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR O TRABALHADOR DO PONTO DE VISTA MÉDICO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS RISCOS INERENTES À SUA FUNÇÃO E AO POSTO DE TRABALHO, DETECTAR PRECOCEMENTE OS AGRAVOS À SAÚDE E OS PORTADORES DE DOENÇA OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA E EXAMES COMPLEMENTARES. DEVERÁ SER REALIZADO DE ACORDO COM OS INTERVALOS MÍNIMOS DE TEMPO ABAIXO DISCRIMINADOS: PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A RISCOS OU A SITUAÇÕES DE TRABALHO QUE IMPLIQUEM O DESENCADEAMENTO OU AGRAVAMENTO DE DOENÇA OCUPACIONAL, OU, AINDA, PARA AQUELES QUE SEJAM PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, OS EXAMES DEVERÃO SER REPETIDOS: A CADA ANO OU A INTERVALOS MENORES, A CRITÉRIO DO MÉDICO ENCARREGADO, OU SE NOTIFICADO PELO MÉDICO AGENTE DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, OU, AINDA, COMO RESULTADO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO; DE ACORDO COM A PERIODICIDADE ESPECIFICADA NO ANEXO N.º 6 DA NR 15, PARA OS TRABALHADORES EXPOSTOS A CONDIÇÕES HIPERBÁRICAS; PARA OS DEMAIS TRABALHADORES: ANUAL, QUANDO MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIORES DE 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE; A CADA DOIS ANOS, PARA OS TRABALHADORES ENTRE 18 (DEZOITO) ANOS E 45 (QUARENTA E CINCO) ANOS DE IDADE. " MUDANÇA DE FUNÇÃO: O EXAME MÉDICO DE MUDANÇA DE FUNÇÃO SERÁ REALIZADO ANTES DA MUDANÇA DE FUNÇÃO, PARA TODA E QUALQUER ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE, POSTO DE TRABALHO OU DE SETOR QUE IMPLIQUE NA EXPOSIÇÃO DO TRABALHADOR A RISCO DIFERENTE DAQUELE A QUE ESTAVA EXPOSTO ANTES DA MUDANÇA. NESTA OCASIÃO DEVERÁ SER FEITO EXAME CLÍNICO E EXAMES COMPLEMENTARES DA NOVA FUNÇÃO. " RETORNO AO TRABALHO: O EXAME MÉDICO DE RETORNO AO TRABALHO DEVERÁ SER REALIZADO ANTES DA VOLTA AO TRABALHO, QUANDO O TRABALHADOR FICAR AFASTADO POR 30 OU MAIS DIAS, DEVIDO A PARTO, DOENÇA PREVIDENCIÁRIA OU PROFISSIONAL, OU ACIDENTE DE TRABALHO. NESTA OCASIÃO, DEVERÁ SER FEITO SOMENTE O EXAME CLÍNICO. " DEMISSIONAL: O EXAME MÉDICO DEMISSIONAL SERÁ OBRIGATORIAMENTE EM ATÉ 10 DIAS APÓS DATA DA HOMOLOGAÇÃO, DESDE QUE O ÚLTIMO EXAME MÉDICO OCUPACIONAL TENHA SIDO REALIZADO HÁ MAIS DE 135 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 01 E 02, E 90 DIAS PARA EMPRESAS DE GRAU DE RISCO 03 E 04. " OS EXAMES COMPLEMENTARES SERÃO SOLICITADOS DE ACORDO COM OS RISCOS OCUPACIONAIS ESPECÍFICOS PARA CADA FUNÇÃO E/OU CONFORME DECISÃO DO MÉDICO COORDENADOR.</p>

Itajubá, em 09 de novembro de 2021

Olivia Da Silva Simplicio Donizeti
Pregoeira Port. 434/2021

Processo nº 419/2021 – Pag. 21

Secretaria Municipal de Planejamento

Departamento de Licitações

• Tel.: (35) 99898-6949 - (35) 99899-3852 • licitaitajuba@gmail.com

ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO
Alínea “c” do Inciso 1 do Item V do Edital

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede localizada na _____, nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado de _____, CEP _____, através do presente, **CRENCIA** o Sr. _____ (Nacionalidade), _____ (Estado Civil), _____ (Profissão), portador do Registro Geral de nº _____ emitido pela SSP/. e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado de _____, CEP _____, para participar do Processo Licitatório instaurado pelo **Município de Itajubá**, Estado de Minas Gerais, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 150/2021** na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da mesma, bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2021

(nome do representante legal pela empresa)
(nº. do RG do signatário ou outro documento equivalente)
(nº. CPF do signatário)

IMPORTANTE:

- **ESTE DOCUMENTO DEVERÁ TER A FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO**
- **PAPEL TIMBRADO OU CARIMBO DA EMPRESA**
- **ESTE DOCUMENTO OU QUALQUER OUTRO RELATIVO AO CREDENCIAMENTO DEVERÁ VIR SEPARADO – FORA – DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DE DOCUMENTAÇÃO.**

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº., com sede localizada na, nº., Bairro, Município de, Estado de, CEP, por intermédio de seu representante legal o Sr., (Nacionalidade),, (Estado Civil), (Profissão), portador do Registro Geral de nº. emitido pela SSP/. e inscrito no CPF/MF sob o nº., residente e domiciliado na, nº., Bairro, Município de, Estado de, CEP, **DECLARA**, sob as penas da lei e para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4º. da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e na alínea “b” do item IX do Edital, e para fins do **Pregão Presencial nº 150/2021** do Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

Local e data, ____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo do CNPJ

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes e separadamente dos envelopes de n.ºs 01 e 02 – Proposta de Preços e Documentos de Habilitação – exigidos nesta licitação.

ANEXO IV

PROPOSTA DE PREÇOS

<i>TIPO DE LICITAÇÃO</i>		<i>NÚMERO</i>		<i>Fl.</i>	
PREGÃO PRESENCIAL		150/2021		01/01	
<i>EMPRESA:</i>					
<i>ENDEREÇO:</i>				<i>TEL.</i>	
				:	
<i>CIDADE:</i>		<i>UF:</i>		<i>INSCR. MUNIC.:</i>	
<i>CNPJ/MF</i>		<i>INSCR. EST.:</i>			
PROPOSTA DE PREÇOS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Transc. Conforme Descrição. Relatório Especificação				
<i>TOTAL</i>					

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias contados a partir da abertura do pregão.

DATA/LOCAL

CARIMBO DO CNPJ/MF

ASSINATURA

ANEXO V

**PROPOSTA PARA A LICITANTE VENCEDORA, VALORES ADEQUADOS AOS LANCES OFERTADOS
 NA REUNIÃO DO PREGÃO PRESENCIAL nº 150/2021**

Ao Município de Itajubá / MINAS GERAIS

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

<i>TIPO DE LICITAÇÃO</i>		<i>NÚMERO</i>		<i>Fl.</i>		
PREGÃO PRESENCIAL		150/2021		01/01		
<i>EMPRESA:</i>						
<i>ENDEREÇO:</i>			<i>TEL.:</i>			
<i>CIDADE:</i>		<i>UF:</i>		<i>INSCR. MUNIC.:</i>		
<i>CNPJ/MF</i>			<i>INSCR. EST.:</i>			
PROPOSTA DE PREÇOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT		PREÇO UNIT	VALOR TOTAL
1	Transc. Conforme Descrição. Relatório Especificação					
<i>TOTAL</i>						

VALOR TOTAL: Por extenso

Declaramos conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

Informamos que a presente proposta terá validade de sessenta – 60 – dias, a partir da data de abertura do pregão.

Informamos, outrossim, que o preço acima proposto, contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento do Objeto do Processo Licitatório em epígrafe, tais como os encargos – obrigações sociais, impostos, taxas e outros –, cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA (CARIMBO)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Ref.: Pregão Presencial Nº 150/2021

Processo Nº 419/2021

Anexo VI - DECLARAÇÃO

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede localizada na, nº, Bairro, Município de, Estado de, CEP, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. (Nacionalidade), (Estado Civil), (Profissão), portador do Registro Geral de nº emitido pela SSP/...e inscrito no CPF/MF sob o nº, residente e domiciliado na, nº, Bairro, Município de, Estado de, CEP, **DECLARA**, sob as penas da lei, e para fins de participação no Pregão Presencial acima que nossa empresa até a presente data:

- 1) Não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta e indireta;
- 2) Não foi declarada inidônea pelo poder Público, de nenhuma esfera;
- 3) Não existe fato impeditivo à nossa habilitação e contratação com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4) Não possui entre nossos proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;
- 5) Não possui funcionários, dirigentes ou acionistas detentores do controle de estabelecimento participante desta licitação, com qualquer vínculo direto ou indireto com a Prefeitura Municipal de Itajubá, nos termos do art. 9º, da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, sob pena de exclusão do certame;
- 6) Não possui no seu quadro de funcionários menores de 18 anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubres e menores de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- 7) Recebeu todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações necessárias para participar do presente certame e das condições para o fornecimento dos produtos;
- 8) Aceita e concorda com todas as condições do presente Edital e das especificações que fazem parte integrante do mesmo e farão parte do contrato, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

Local e Data _____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal e carimbo do CNPJ

Obs.: Esta Declaração deverá ser inserida no envelope de Documentos de Habilitação.

ANEXO VII

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2021

Aos ____ dias do mês de _____ de 2021, autorizado pelo ato das folhas (_____) do processo de Pregão Presencial nº 150/2021, Processo de Registro de Preços nº 419./2021 da presente Ata de Registro de Preços, Ata Eletrônica nº ____/2021, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações, da Lei Federal 10.520/2002 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: _____, CNPJ nº _____, representado pelo Sr. _____, à saber:

1.1.

ITEM	QUANT/	UNID.	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

VALOR TOTAL DOS ITENS = R\$ _____ (_____).

2. A Administração efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da ordem de fornecimento por onde correrá a despesa.

3. A prestação do serviço será conforme a necessidade Municipal de Administração.

3.1. O prazo de validade da presente Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação da mesma.

4. Os valores devidos pelo Município de Itajubá serão pagos, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo (formal e objetivo dos produtos), mediante apresentação da respectiva fatura acompanhado dos demais documentos fiscais, inclusive comprovantes da regularidade social.

5. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

6. As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta da Unidade Orçamentária:

02.07.01.04.122.0003.2038.3.3.90.39.00

7. Este registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo 4º, artigo 15, da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às seguintes sanções:

a) O não cumprimento das obrigações assumidas ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

b) advertência por escrito;

c) multa

d) suspensão temporária de até 05 (cinco) anos em participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

f) O atraso no prazo de entrega implicará na aplicação de multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da Ata de Registro de Preços (Contrato), até o limite de 30% (trinta) do respectivo valor total

- g) Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas neste subitem, como também a inexecução total do contrato.
- h) O descumprimento do prazo para a retirada da Ata de Registro de Preços ou a recusa em aceitá-la implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata de Registro de Preços e no impedimento de contratar com o Município de Itajubá pelo período de até 05 (cinco) anos, a critério da Administração do Município de Itajubá.

9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses do artigo 78. da Lei Federal nº.8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

10. O fornecedor deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº 150/2021.

11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, o edital de Pregão nº 150/2021 a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

12. O fornecimento será objeto de acompanhamento e fiscalização através do Sr (a). -----, representante da Secretaria Municipal de Administração, ao qual competirá acompanhar e avaliar a qualidade dos produtos, bem como dirimir as dúvidas que surgirem no seu curso.

13. As questões oriundas desta Ata e dos pedidos de fornecimento serão dirimidas no Foro da Comarca de Itajubá - MG, esgotadas as vias administrativas.

14. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. -----, qualificados preambularmente, representando a detentora.

Itajubá, ____ de _____ de 2021

Detentora da Ata

- c) realizar os devidos pagamentos;
 d) proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do presente contrato.

II – CONTRATADA:

- a) responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento dos deveres de todas as obrigações estabelecidas neste instrumento;
 b) manter a qualidade dos produtos fornecidos;
 c) executar fielmente o objeto do contrato, comunicando imediatamente e com antecedência ao representante legal do CONTRATANTE, na hipótese de ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;
 d) apresentar Fatura/Nota Fiscal. A fatura deve ser detalhada e deverá discriminar todos os produtos fornecidos, e outras informações que se fizerem necessárias;
 e) comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade na continuidade do fornecimento dos produtos e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
 f) responder por danos causados diretamente ao CONTRATANTE e ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução deste contrato;
 g) manter, durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 h) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA, referente a esses encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR

O valor do presente Contrato será de R\$...... (.....), conforme especificado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.					
VALOR TOTAL:.....					

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação das Notas Fiscais/Faturas.

§ 1º. Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com suas obrigações para com sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

§ 2º. Para o efetivo pagamento, as faturas deverão ser entregues no Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves, localizado na Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37.500-000, nos dias úteis no horário das 12 às 17 horas.

§ 3º. O não pagamento de quaisquer valores devidos pelo CONTRATANTE, nas datas de seus respectivos vencimentos, implicará na incidência de sanções previstas na legislação pátria.

§ 4º. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento Contratual.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

O fornecimento será objeto de acompanhamento e fiscalização através Sr (a). -----, representante da Secretaria Municipal de Administração, ao qual competirá acompanhar e avaliar a qualidade dos produtos, bem como dirimir as dúvidas que surgirem no seu curso.

Parágrafo único. A Fiscalização será exercida no interesse do CONTRATANTE e não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

Nos termos do artigo 86 da Lei nº. 8.666/93, fica estipulado o percentual de **meio por cento – 0,5%** – sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste contrato, até o limite de **dez por cento – 10%** – do valor empenhado.

§ 1º. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93:

I – advertência;

II – multa de **dez por cento – 10%** – do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **dois – 02** – anos e,

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 2º. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **cinco – 05 – dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão do CONTRATANTE no sentido da aplicação da pena.

§ 3º. As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de cinco – 05 – dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo CONTRATANTE no prazo máximo de cinco – 05 – dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do OBJETO.

Parágrafo único. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESILIÇÃO

O presente contrato poderá ser resilido a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicações expressas, com antecedência mínima de trinta – 30 – dias.

Parágrafo Único. Havendo pendências, as partes definirão, através de um Termo de Encerramento do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESOLUÇÃO

O Contrato poderá ser resolvido:

I – por ato unilateral do CONTRATANTE, face ao interesse público, reduzido a termo no respectivo processo;

II – por inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Seção V, do Capítulo III, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

III – independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos:

a) falência ou liquidação da CONTRATADA;

b) incorporação da CONTRATADA a outra firma ou empresa, ou, ainda cisão ou fusão da mesma com outra empresa, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;

c) extinção da CONTRATADA.

Parágrafo único. Sempre que ocorrerem as hipóteses de resolução contratual será assegurado o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, em conformidade com artigo 78 da Lei nº. 8666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

Dentro do prazo legal, contatos de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes, respeitadas e observadas as disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA EXTENSÃO

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram aceitar o presente instrumento nos expressos termos em que fora lavrado, obrigando-se a si e seus herdeiros e ou sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes se obrigam a manter, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itajubá, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para a resolução de questões eventualmente levantadas em decorrência deste Contrato.

E por estarem as partes de pleno acordo em tudo que se encontra disposto neste Contrato, ciente das obrigações contraídas e das conseqüências de sua inobservância, firmam-no em três – 03 – vias de igual teor e forma.

Itajubá-MG, de de 2021.

MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ
Edna Maria Lopes Dias
Secretária Municipal de Planejamento

CONTRATADA